



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

CAIO EDUARDO DE MIRANDA CAVALCANTI

HOMOAFETIVIDADE E FAMÍLIA: adoção por casais homoafetivos

SANTA RITA-PB
2017

CAIO EDUARDO DE MIRANDA CAVALCANTI

HOMOFETIVIDADE E FAMÍLIA: adoção por casais homofetivos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Direito, do Centro de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal da Paraíba, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa

SANTA RITA-PB
2017

Cavalcanti, Caio Eduardo de Miranda.

C376h Homoafetividade e família: adoção por casais
homoafetivos / Caio Eduardo de Miranda Cavalcanti. –
Santa Rita, 2017.

51f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal da
Paraíba. Departamento de Ciências Jurídicas, Santa
Rita, 2017.

CAVALCANTI, Caio Eduardo de Miranda. **HOMOAfetividade E Família: adoção por casais homoafetivos**. 51f. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas). Faculdade de Direito – Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2017.

RESUMO

Considerando que as relações familiares sofreram significativas alterações ao longo dos anos, é importante que o Direito acompanhe essas modificações, na medida em que é através dele que essas novas relações irão ser tuteladas. E isso inclui as uniões homoafetivas, que estão cada vez mais presentes na nossa sociedade. Tão importante quanto tutelar tais uniões, é permitir a essas pessoas a possibilidade de adotar, tendo em vista o princípio da dignidade da pessoa humana, da não discriminação e do maior interesse da criança. Mesmo após decisão do Supremo Tribunal Federal em permitir que casais homoafetivos estabeleçam união estável, ainda é presente na sociedade o preconceito e os inúmeros tabus, portanto cabe a nós, operadores do Direito, a tarefa de abandonar conceitos pré-estabelecidos para que possamos fazer justiça e proteger aqueles que possuem, sim, condições de formar uma família, independente da sua orientação sexual, pois conforme ficará demonstrado nesse trabalho, o fator decisivo para a criação de uma criança, para o caráter de um indivíduo, é o afeto. Dessa forma, a presente monografia explanará a evolução dessas relações homoafetivas na sociedade, para que se possa, primeiramente, entender a origem dessa forma de se relacionar, os princípios constitucionais referentes ao assunto, a evolução dos conceitos de família, a questão da vulnerabilidade da criança e do adolescente, mostrando a situação das que precisam ser adotadas e como se encontram na sociedade, o preconceito vivenciado por elas e pelos adotantes, e por fim, como a legislação atua em prol da adoção por casais homoafetivos hodiernamente.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade, Adoção, Família, Princípios constitucionais.

CAVALCANTI, Caio Eduardo de Miranda. **HOMOAfetividade E Família: adoção por casais homoafetivos**. 51f. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas). Faculdade de Direito – Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2017.

ABSTRACT

Considering that family relations have undergone significant changes over the years, it is important that the law accompany these changes, since it is through them that these new relationships will be protected. And this includes homoaffective unions, which are increasingly present in our society. As important as guarding such unions is to allow such persons the possibility of adopting, in view of the principle of the dignity of the human person, non-discrimination and the best interest of the child. Even after a decision by the Federal Supreme Court to allow homosexual couples to establish a stable union, prejudice and innumerable taboos are still present in society, so it is up to us, legal operators, to abandon pre-established concepts so that we can do justice and protect those who have, rather, the conditions to form a family, regardless of their sexual orientation, for as will be demonstrated in this work, the decisive factor for the creation of a child, for the character of an individual, is affection. In this way, the present monograph will explain the evolution of homoaffective relations in society, so that one can first understand the origin of this way of relating, the constitutional principles referring to the subject, the evolution of the concepts of family, the question of the vulnerability of child and adolescent, showing the situation of those that need to be adopted and how they are in society, the prejudice experienced by them and the adoptees, and finally, how the legislation acts for the adoption by homosexual couples today.

KEYWORDS: Homosexuality, Adoption, Family, Constitutional principles.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. FAMÍLIA.....	8
2.1 A FAMÍLIA TRADICIONAL E AS MUDANÇAS TRAZIDAS PELA CONTEMPORANEIDADE.....	9
2.2 OS ASPECTOS DO INSTITUTO DA FILIAÇÃO EM DECORRÊNCIA DAS MUDANÇAS PERCEBIDAS NA SOCIEDADE	11
2.3 CONCEITO BASILAR E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA HOMOSSEXUALIDADE	14
2.4 HOMOSSEXUALIDADE NO MUNDO ATUAL	16
2.5 UNIÃO HOMOAFETIVA	17
3. A ADOÇÃO.....	20
3.1 A VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO INFANTOJUVENIL.....	20
3.2 CONCEITO DE ADOÇÃO.....	22
3.3 QUEM PODE ADOTAR.....	24
3.4 MODALIDADES DE ADOÇÃO.....	24
3.4.1 ADOÇÃO UNILATERAL OU CONJUNTA.....	25
3.4.2 ADOÇÃO BILATERAL.....	25
3.4.3 ADOÇÃO PÓSTUMA	25
3.4.4 ADOÇÃO À BRASILEIRA.....	26
3.4.5 ADOÇÃO <i>INTUITU PERSONAE</i>	26
3.4.6 ADOÇÃO INTERNACIONAL	27
3.5 ETAPAS PARA ADOÇÃO.....	27
4. ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVOS	30
4.1 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS	32
4.2 POSSIBILIDADE PARA A ADOÇÃO HOMOAFETIVA.....	34

4.3	ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS NA PARAÍBA.....	35
4.4	PRECONCEITO DA SOCIEDADE COM FILHOS DE CASAIS HOMOAFETIVOS	38
4.5	HOMOFOBIA.....	40
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Em razão das inúmeras mudanças percebidas na sociedade atual, outra não poderia ser a realidade do instituto da família, que se reveste de novos arranjos e, por isso, se faz necessário justificar a utilização do termo “famílias”. Apesar de ainda haver a utilização do termo Direito de Família, parte da doutrina, a exemplo de Maria Berenice Dias, traz uma nova forma de se entender e enxergar o supramencionado ramo, referindo-se a ele como o Direito das Famílias, veja-se:

“Como a linguagem condiciona o pensamento, é necessário subtrair qualquer adjetivação ao substantivo família e simplesmente falar em famílias. Como refere Jones Figueirêdo Alves, apenas uma consoante a mais sintetiza a magnitude das famílias em suas multifacetadas formatações. Deste modo a expressão direito das famílias é a que melhor atende à necessidade de enlaçar, no seu âmbito de proteção, as famílias, todas elas, sem discriminação, tenha a formação que tiver” (DIAS, 2016).

Diante disso, em razão da filiação à doutrina acima transcrita, durante o decorrer do presente trabalho de conclusão de curso, utilizar-se-á o termo Direito das Famílias, em respeito à pluralidade de arranjos familiares observados na atualidade.

Na esfera do Direito das Famílias, o presente escrito tratará sobre a filiação homoafetiva e seus diversos tipos e consequências, especificamente no que se refere à adoção por casais homoafetivos. Mister se faz, portanto, delimitar o tema e apresentar alguns conceitos basilares para a temática, confira-se:

A filiação é “a relação de parentesco consanguíneo, em primeiro grau e em linha reta, que liga uma pessoa àsquelas que a geraram, ou a receberam como se a tivessem gerado”. (GONÇALVES, 2012)

Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça determinou a utilização do termo “filiação” nos registros da criança, ao invés da utilização de “pai e mãe”. Isso ocorreu em decorrência da aplicação de princípios como o da dignidade dos pais e do melhor interesse da criança.

A filiação por casais homoafetivos pode se dar de diversas formas, seja pela inseminação artificial, a utilização de uma barriga de aluguel e, até mesmo, no caso de mulheres homoafetivas, a inseminação natural, o que comprova a aplicabilidade de um importante conceito moderno: a multiparentalidade, que será discutida mais adiante.

A ciência vem trazendo inúmeros avanços, que são utilizados em casos como os aqui tratados, a exemplo do recente casal homoafetivo, formado por dois homens, que tiveram trigêmeos com o DNA de ambos os pais, por barriga de aluguel.

Outro método utilizado por casais homoafetivos para construção de um núcleo familiar é a adoção. Inicialmente, mister se faz conceituar tal instituto para melhor compreensão, como a seguir será feito.

Passemos agora, a delimitação do tema central e que necessita maiores digressões, que é a adoção.

A “adoção é o ato jurídico solene pelo qual alguém recebe em sua família, na qualidade de filho, pessoa a ela estranha”. (GONÇALVES, 2012)

Desde a Constituição de 1988, há isonomia entre os filhos biológicos e aqueles por adoção. Por isso, se fala que “não há mais filho adotivo, mas adoção, entendida como meio para filiação, que é única”. (LOBO, 2011)

Para adotar, é necessário que a pessoa seja maior de 18 anos, em conformidade com o art. 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente, independente de seu estado civil, podendo a adoção ser unilateral, que é aquela realizada por apenas uma pessoa. Na adoção realizada por duas pessoas, que passou a ser chamada de adoção conjunta pelo ECA, é necessário que os adotantes sejam casados ou possuam união estável. É nesse último tipo de adoção que se encontra o presente trabalho.

Conquanto já esteja mais pacificado que há alguns anos, ainda existe quem defenda a impossibilidade da existência da adoção conjunta por casais homoafetivos. Por isso, é importante que se analise a construção histórica da adoção, além da problemática da união estável e do casamento entre pessoas do mesmo sexo, para alguns, óbice da adoção conjunta.

A solução que muitos casais homoafetivos encontravam era a adoção unilateral, isto é, a realizada por apenas um dos cônjuges, o que acabava por ferir princípios constitucionais do outro cônjuge e da própria criança adotada, além de suprimir diversos direitos que um teria sobre o outro.

Assim, o presente trabalho terá o intuito de discutir as diversas formas de filiação homoafetiva, como a adoção conjunta por casais homoafetivos no Brasil e no

mundo, buscando entender sua evolução e historicidade, além do tratamento dado no judiciário e os avanços trazidos pelas relações familiares, cada vez mais plurais.

Tem-se como problemática o questionamento se a decisão do STF de garantir adoção em conjunto por casais homoafetivos ajudou na garantia do direito da criança à convivência familiar e no direito dos casais homoafetivos de constituir família, assim como, no âmbito da adoção, se os casais homoafetivos enfrentam maiores dificuldades.

Nesse sentido, a organização do trabalho dar-se-á da seguinte forma:

No primeiro capítulo falará de uma forma mais simples, porém concreta, da família, tendo como ênfase a família brasileira e sua evolução no direito. Será apresentado um breve estudo sobre os novos modelos de família, reconhecidos após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar também será abordada nesse capítulo.

O segundo capítulo terá como base o instituto da adoção apresentando-se seu conceito, natureza jurídica e sua evolução através dos tempos. Também será abordada a adoção no Brasil e sua regulamentação no ordenamento jurídico: do Código Civil de 1916 ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Trazendo assim, as diversas modalidades de adoção, assim como todas as etapas para sua realização via judicial. E, principalmente, abordando o tema da adoção por pares homoafetivos, levando em partida os princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal/1988 e da legislação pertinente ao assunto.

O terceiro capítulo estudará a adoção de crianças e adolescentes pelos casais homoafetivos no Estado da Paraíba, trazendo levantamento de dados pesquisados na Vara da Infância e Juventude. Tratará também, sobre o preconceito e a homofobia existente na sociedade com as crianças e adolescentes que vivem nessas famílias, a institucionalização de crianças e adolescentes no país.

Para tanto, a elaboração da presente monografia utilizar-se-á de pesquisa bibliográfica, consulta a artigos, pesquisas, publicações e legislação, os quais possuam algum tipo de ligação ao tema proposto.

2. FAMÍLIA

A formação da família não decorre exclusivamente dos sagrados laços do matrimônio, como outrora se admitia, uma vez que pode surgir do vínculo de convívio e não ter conotação de ordem sexual entre seus integrantes. Não por outro

motivo, a Constituição Federal alargou o conceito de entidade familiar para incluir não só as advindas do casamento, mas também aquelas constituídas sob forma de união estável e a que, hoje, é chamada de família monoparental, formada por um dos pais com a sua prole.

2.1 A FAMÍLIA TRADICIONAL E AS MUDANÇAS TRAZIDAS PELA CONTEMPORANEIDADE

Deve-se considerar o termo família não no singular, e sim no plural, uma vez que, motivada pela diversidade social do conceito de família atualmente aceito, torna-se obsoleto aceitar, tão somente, o conceito anteriormente adotado, da família “tradicional”. “Por outro lado, e da mesma forma que o significado de família, entende-se que a compreensão das características dos relacionamentos amorosos deve ser associada à época, cultura e ao grupo social” (NUNES, 2008).

Verificam-se, atualmente, novas configurações familiares, diametralmente diversas, por vezes, das antigamente exclusivamente aceitas. “Nesse contexto de mudança, os pares homoafetivos representam uma das novas formas de arranjos familiares, assim como as famílias monoparentais e as famílias pluriparentais ou recompostas, resultado, principalmente, de divórcios e separações” (UZIEL, 2007).

Para Wagner, “as novas composições familiares devem ser entendidas como reflexo das transformações sociais, que ampliam não apenas o conceito de família, como também suas implicações na sociedade” (WAGNER, 2011).

Como complemento, entende Lôbo que “a família é sempre socioafetiva, em razão de ser um grupo social considerado base da sociedade e unida na convivência afetiva, motivo pelo qual se mostra inconcebível aceitar a existência, tão somente, da família advinda dos laços sanguíneos” (LOBO, 2011).

A afetividade, como categoria jurídica, resulta da transeficácia de parte dos fatos psicossociais que a converte em fato jurídico, gerador de efeitos jurídicos, e se mostra como sendo o verdadeiro divisor entre o direito obrigacional e o familiar. Isto porque, os negócios têm por substrato exclusivamente à vontade, enquanto o traço diferenciador do direito da família é o afeto. A família é entendida, hodiernamente, como sendo um grupo social fundado essencialmente nos laços de afetividade após o desaparecimento da família patriarcal, que desempenhava funções procriativas, econômicas, religiosas e políticas.

Percebe-se, pois, que a família-instituição foi substituída pela família-instrumento, ou seja, ela existe e contribui tanto para o desenvolvimento da personalidade de seus integrantes como para o crescimento e formação da própria sociedade, justificando, com isso, a sua proteção pelo Estado. Luiz Felipe Nobre Braga traz o conceito de família potestativa, qual seja o direito de o sujeito livremente formar a família, que designa o ímpeto de aproximação existencial pelo afeto.

Mister se faz destacar que, atualmente, até mesmo os dispositivos legais estão a dispor novos conceitos ao instituto da família, a exemplo da Lei Maria da Penha (L11.340/06), que busca coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, ao passo que identifica como família qualquer relação íntima de afeto (LMP 5.º III). Com isso, não mais se pode limitar o conceito de entidade familiar ao rol constitucional.

Depreende-se do exposto que a atual concepção de família é plural, democrática e flexível. Não comporta mais em seu âmago aquela estrutura patriarcal, patrimonialista e rígida de outrora. Hoje são os laços de afeto que unem as pessoas na constituição de uma vida em comum.

Ser pai ou ser mãe, na atualidade, independe do casamento ou até mesmo da união consensual. Sendo assim, como supracitado, depara-se com as famílias monoparentais, nas quais um pai ou uma mãe cria sozinho (a) um filho; com as famílias pluriparentais, que trazem à tona a distinção entre a concepção, de ordem biológica, e a filiação, de ordem social e afetiva; e, por fim, com as famílias homoparentais.

Não há mais as discriminações quanto às famílias, tendo sido despontado novos modelos de famílias mais igualitárias com relação ao sexo e idade, se sujeitando a menos regras e mais ao próprio desejo existente entre as pessoas. De acordo com os dizeres de Maria Berenice Dias no que se refere às mudanças no conceito de família, tem-se:

“A vastidão de mudanças das estruturas políticas, econômicas e sociais produziu reflexos nas relações jurídico-familiares. Os ideais de pluralismo, solidarismo, democracia, igualdade, liberdade e humanismo voltaram-se à proteção da pessoa humana. A família adquiriu função instrumental para a melhor realização dos interesses afetivos e existenciais de seus componentes” (DIAS. pag 40. 2011).

Um aspecto bastante pertinente foi inserido na Constituição Federal de 1988, de modo que passou a se reconhecer a pluralidade das relações familiares, rompendo com a possibilidade de constituir família apenas com o matrimônio, e com isso, trazendo diversidade para o conceito de família.

“Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.”

“Art. 1.513. É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família.”

2.2 OS ASPECTOS DO INSTITUTO DA FILIAÇÃO EM DECORRÊNCIA DAS MUDANÇAS PERCEBIDAS NA SOCIEDADE

Lôbo descreve seu conceito de filiação como:

“Filiação é conceito relacional; é a relação de parentesco que se estabelece entre duas pessoas, uma das quais nascida da outra, ou adotada. Quando a relação é considerada em face do pai, chama-se paternidade, quando em face da mãe, maternidade” (LÔBO, 2003).

Para Kaës, filiação refere-se ao “reconhecimento que os pais fazem acerca do lugar que a criança ocupa em suas continuidades históricas e de sua alocação na ordem das gerações” (KAES, 2000).

Ao consagrar a importância do aspecto afetivo na formação das famílias atuais, Madaleno dispõe que “há uma grande manifestação da doutrina e da jurisprudência, que defende as relações de parentesco socioafetivas, relações que, para o Direito, os laços de afeto importam muito mais do que os de sangue, como núcleo da verdadeira filiação” (MADALENO, 2007).

Para Costa, considerando que a família é essencial à sociedade, podemos afirmar que “há vários princípios que devem resguardar essa relação “matrimonializada” ou não, livre ou regulamentada que se instaura em uma construção que se renova continuamente em uma constante edificação afetiva” (COSTA, 2010).

Não por outra razão, a Constituição Federal resguarda os direitos atinentes à família, a exemplo da proteção conferida, de forma expressa, dos filhos havidos no casamento, bem como daqueles concebidos fora dele, vedando assim qualquer tipo de discriminação no art. 227, §6: “os filhos, havidos ou não da relação do

casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

Tal proteção não se restringe à Carta Magna, o Código Civil Brasileiro, especificamente em seu art. 1.593, por exemplo, dispõe sobre a socioafetividade na filiação, ao passo que se verifica um apelo à igualdade, seja qual for a origem da paternidade, será reconhecida e digna.

O art. 1.596, cujo teor reafirma e reproduz o art. 227, § 6º da Constituição Federal, deixa de lado qualquer tipo de preconceito que possa existir para com os filhos socioafetivos, fato que demonstra a exacerbada preocupação do constituinte, bem como do legislador, em proteger instituto tal importante à sociedade.

Pelo art. 1.597, inciso V, a mulher casada poderá ter autorização do marido para fazer inseminação artificial na constância do casamento. Este filho será exclusivamente socioafetivo por parte do pai e jamais poderá ser contraditado por investigação de paternidade. Já no art. 1.605, as possibilidades nesse caso são amplas, e as presunções são verificadas em cada caso.

Por fim, o art. 1.614, que demonstra que o filho tem a liberdade de rejeitar a filiação. No primeiro caso, se o filho maior não reconhecer a paternidade mesmo esta sendo biológica, não será admitida. E, no segundo caso, o filho menor pode impugnar a paternidade até quatro anos após completar 18 anos.

Desta forma, se conferiu os princípios da igualdade e da proibição de discriminação entre a filiação, tanto na Constituição Federal, quanto no Código Civil, não havendo qualquer impedimento de que sejam feitas mais leis a esmiuçar tal temática, desde que não haja contraposição às disposições constitucionais.

Visando, dessa forma, o melhor interesse da criança, da cidadania, da dignidade da pessoa e princípio da afetividade, elevados como sujeitos de direitos fundamentais, alvo da proteção integral da família, do Estado e da sociedade, que afiançam a igualdade entre a filiação biológica e socioafetiva.

Em casos em que o divórcio, uniões estáveis (sem o referendo do Estado) e filhos havidos fora do casamento já terem sido temas que despertavam preconceitos e deixavam estigmas nas pessoas que viviam nessas condições.

A exposição e o debate sobre situações como as supracitadas fizeram com que elas se tornassem parte do dia a dia. Atualmente, o fato de o casamento não

mais ser eterno não macula a imagem de ninguém – e as transformações continuam a ocorrer.

Hoje, a dinâmica das relações humanas impõe um repensar do Direito de Família e dos modelos de uniões e de filiação que se apresentam. Um dos objetivos deste trabalho consiste na tentativa de compreender se ainda persiste uma concepção unânime de família nuclear ou se o repensar é a estratégia para acompanhar as pluralidades de organizações humanas que vêm tendo visibilidade.

Nesse contexto de pluralidades e da afirmação do afeto como princípio norteador do direito de família é que a entidade formada por pares de homossexuais pode ser defendida enquanto entidade familiar. Respeito e afeto são categorias que são imprescindíveis para a formação da concepção de família.

Dessa forma, o Código Civil deve ser interpretado sempre à luz da Constituição Federal, explicitando o princípio constitucional, nas palavras de Pessanha:

“Desta maneira, a família passou a ser alicerçada nos laços de afetividade, garantindo, portanto, o primado básico da Constituição Federal, que é a dignidade da pessoa humana, onde a sociedade busca a felicidade entre as pessoas. Foi com esse intuito que, também, surgiu no ordenamento brasileiro a união estável” (PESSANHA, 2013).

“O conceito de família não é fixo e não possui um modelo, sua base principal é o afeto, tanto que o Princípio da Afetividade não é apenas um fato da vida, psicológico ou sociológico, ele se encontra na Constituição Federal. Os laços de afeto e o amor são constituídos com a convivência e favorecidos pela unidade afetiva dos pais” (MADALENO, 2007).

“A família, hoje em dia, é nada menos que uma “união afetiva” em que sua essência e razão de existência residem na comunhão espiritual, dentro de uma atmosfera que tem como intenção a fortificação e o crescimento da unidade familiar, na qual homem e mulher constroem igualdades de valores, princípios, oportunidades e direitos” (MADALENO, 2007).

Ao adotar-se o conceito de parentalidade, o paradigma de que somente o homem é o pai e a mulher é a mãe fica destruído, porque as funções de pai e de mãe podem ser realizadas por qualquer pessoa que esteja desenvolvendo o papel de cuidar da criança.

A paternidade na sociedade ocidental, segundo Grossi, “tem o conceito ligado ao pai, que corresponde a uma figura masculina. Com a noção de paternidade, enquanto função, ela fica ampliada para ser exercida não só pelo pai, mas também por outras pessoas” (GROSSI, 2009).

Na “paternidade tradicional, existiam duas funções que se completavam e que nunca eram feitas pela mesma pessoa” (GROSSI, 2009), assim, a função de cuidar era da mãe e a de prover do pai e o conceito de “parentalidade veio contribuir para entender o momento atual, em que essas funções deixaram de estar associadas à ideia de que só o homem é pai e apenas a mulher é mãe” (GROSSI, 2009), uma vez que:

“[...] ser pai e ser mãe não significa apenas conceber o filho. O desejo de ter um filho é algo imaginário, derivado da intersecção de um casal. Para isso, deve haver uma disponibilidade interna no casal para “tornar-se” mãe ou pai. Há autores que defendem a ideia de que só há filiação propriamente dita se o filho for “adotado”, ou seja, se os pais realmente adotarem a ideia de serem pais. A importância se dá, então, no fato de “estar habilitado”, de ter uma “disponibilidade interna” para desenvolver tal condição. A função materna e paterna começa, portanto, antes mesmo do nascimento do filho. A família, seja ela homo parental (composta por casais homossexuais), patriarcal (onde a figura do pai ainda é a mais forte), recomposta ou não, nasce de um desejo, da demanda de um compartilhamento, de continuidade e de reconhecimento [...]” (ABDON, 2009)

Resta evidenciado, portanto, que os conceitos, tanto de família, como de filiação, passaram por significativas mudanças em razão, principalmente, das novas realidades percebidas na atualidade, principalmente pela valorização do princípio da afetividade como norteador das relações familiares.

2.3 CONCEITO BASILAR E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA HOMOSSEXUALIDADE

Conforme nos ensina Viviane Girardi, “a homossexualidade tida como atração sexual e afetiva entre pessoas duas do mesmo sexo é um fato que percorre a história da humanidade, enaltecida e tolerada em algumas sociedades e culturas e repreendida e abominada por outras” (GIRARDI, Viviane. Famílias Contemporâneas, Filiação e Afeto: A Possibilidade Jurídica da adoção por homossexuais).

Nas duas grandes civilizações antigas – cujo pensamento definiu a cultura ocidental – a homossexualidade era amplamente aceita e apresentava estágio de evolução da sexualidade, das funções definidas para os gêneros e para as classes.

“Na Grécia, o livre exercício da sexualidade fazia parte do cotidiano dos deuses, reis e heróis. A bissexualidade estava inserida no contexto social e a heterossexualidade aparecia como preferência de certo modo inferior e reservada à procriação. Vista como uma necessidade natural, a homossexualidade se restringia a ambientes cultos, como manifestação legítima da libido, verdadeiro privilégio entre os bens nascidos. Não era considerada como uma degradação moral, um acidente ou um vício. Todo indivíduo poderia ser ora homossexual ora heterossexual, dois termos, por sinal, desconhecidos na língua grega”. (COELHO DE SOUZA, Ivone, apud DIAS, Maria Berenice. União homoafetiva: o preconceito & a justiça).

“Em Roma, a prática homossexual, com o nome de sodomia, não se ocultava. Era vista como de procedência natural, ou seja, no mesmo nível das relações entre casais, entre amantes, ou de senhor e escravo. O preconceito da sociedade romana existia somente contra quem assumia a condição de passividade. Era feita associação com impotência política. A censura recaía sobre quem desempenhava a posição passiva da relação, na medida em que implicava debilidade de caráter. Como que assumia o papel passivo eram rapazes, mulheres e escravos – todos excluídos do poder, clara a relação entre masculinidade-poder-político e passividade-feminilidade-carência de poder” (MORICI, Sílvia apud DIAS, Maria Berenice. União homoafetiva: o preconceito & a justiça).

Na Idade Média, a homossexualidade estava mais presente nos mosteiros e nos acampamentos militares. Mesmo assim, curiosamente, era a Igreja, por meio da Santa Inquisição, a maior perseguidora dos homossexuais. Para a Igreja, a sodomia era o maior dos crimes, pior até mesmo que o incesto entre mãe e filho. O III Concílio de Latrão, de 1179, tornou a homossexualidade crime. O primeiro código ocidental prescreveu a pena de morte à sua prática. As legislações dos séculos XII e XIII penalizavam a sodomia, sendo que inexistia o termo “homossexualismo”.

“A sacralização da união heterossexual aconteceu na idade média. O casamento foi transformado em sacramento e somente as uniões devidamente abençoadas pela Igreja eram válidas, firmes e indissolúveis (DIAS, idem).

No Brasil, a Igreja Católica, que até a República imperou como religião oficial, só aprova as relações heterossexuais dentro do matrimônio, classificando a contracepção, o amor livre e a homossexualidade como condutas moralmente inaceitáveis, que distorcem “o profundo significado da sexualidade”.

É nesse contexto que está inserida a homossexualidade em nossa sociedade, um comportamento imoral, anormal, inaceitável, que não merece o reconhecimento social nem jurídico.

2.4 HOMOSSEXUALIDADE NO MUNDO ATUAL

Conquanto já existam diversos países que chegam a autorizar o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo – cerca de 22 países, segundo pesquisas realizadas por sítio eletrônico -, bem como a adoção de crianças por casais homoafetivos, muitos ainda são os países que consideram a homossexualidade como sendo crime, motivo pelo qual chegam a imputar o pagamento de multas ou, em casos extremos, condenar os “transgressores” à pena de morte.

Em recente notícia do site G1, foi apresentado pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA) um relatório apontando que “entre todos os países do mundo, setenta e três deles criminalizam a homossexualidade e treze – a maioria adotante da religião mulçumana - preveem pena de morte para os casos”(G1, 2016).

“O primeiro país do mundo a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, assim como o divórcio e o direito de adoção de crianças por esses casais, foi a Holanda, em 2000. Os Estados Unidos aparece como o último país a legalizar o casamento de pessoas do mesmo sexo” (MANTOVANI, 2016).

A partir de meados do século XX, houve uma maior tolerância e razoável respeito aos homossexuais, como reflexo da positivação dos direitos humanos e do princípio da dignidade da pessoa humana. Os homossexuais passaram a se organizar, juridicamente, por meio de grupos de pressão voltados para a defesa dos seus direitos de cidadania.

Na realidade brasileira, a própria Constituição Federal dispõe explicitamente que todos deverão ser tratados com isonomia perante a lei sem que se faça acepção de pessoas por qualquer motivo ou razão, de tal modo que se percebe que os homossexuais não podem – e não devem – sofrer qualquer tipo de discriminação.

A homossexualidade no mundo, especificamente no Brasil, é uma realidade presente na sociedade desde o período anterior à chegada dos europeus. Conquanto não seja uma conduta criminal desde o início dos anos que decorreram após a independência, o preconceito e a discriminação não sumiram, apesar de que pesquisas feitas pelo PewResearch Center mostrou que 65% da população

brasileira considera que a homossexualidade deve ser aceita pela sociedade, sendo uma das grandes lutas do movimento LGBT brasileiro, surgido nas duas últimas décadas do século XX.

2.5 UNIAO HOMOAFETIVA

Assentado que o ambiente familiar é o espaço para que seus membros desenvolvam sua personalidade e suas potencialidades, já que a instituição da família não mais representa um fim em si mesma, e considerando que a sexualidade é um dos componentes da personalidade, conclui-se que a orientação sexual está sob o pálio da garantia constitucional dos direitos da personalidade e, por consequência, deve o Estado estender sua proteção às uniões homossexuais enquanto entidades familiares.

De acordo com Uziel, “o termo famílias homoparentais foi criado na década de 1990 por homens e mulheres que buscavam uma definição para suas famílias constituídas por não heterossexuais, realidade que perdura até os tempos atuais” (UZIEL, 2007).

A doutrina e a jurisprudência em Direito de Família passam a ser uníssonas quanto à possibilidade de reconhecimento de uniões de pessoas do mesmo sexo como entidades familiares, análogas às uniões estáveis, quando nelas se vislumbram todos os requisitos necessários à declaração de sua existência.

Isto porque não mais se sustentava o argumento da necessidade de legislação específica para tal reconhecimento, em razão do disposto no art. 226 da Constituição Federal e dos princípios constitucionais aplicáveis ao Direito de Família, além da valorização do princípio da dignidade da pessoa humana.

Igualmente, não se concebia tratamentos diferentes para uniões que se constituem amparadas na mesma base, o afeto, como costumava acontecer quando os casos de união entre pessoas do mesmo sexo, que formavam uma sociedade afetiva, eram, equivocadamente, tratados como sociedades de fato e julgados em Varas Cíveis, ou seja, a eles aplicavam-se as regras do direito obrigacional para efetuar a divisão do patrimônio amealhado no período de duração da tal sociedade.

As uniões homoafetivas são, pois, entidades familiares e, por conseguinte, merecedoras da proteção estatal. O fato de não ser a união homoafetiva outrora equiparada à união estável foi tema controvertido em razão da disposição do art.

226, § 3º da CF/88, ao utilizar os vocábulos “homem e mulher”, referindo-se, assim, à união entre pessoas heterossexuais.

O argumento era frágil e não se sustentava diante dos princípios constitucionais, especialmente, os da igualdade (tratamento igualitário de todas as formas de família), liberdade (de orientação sexual, de escolha etc.) e dignidade da pessoa humana (respeito à autonomia da pessoa humana, à autodeterminação a respeito da própria existência).

Já aqueles que entendem que a união homoafetiva é uma união estável sustentam que a última é o gênero, podendo ser hétero ou homoafetiva, que são as suas espécies. É crucial reconhecer que a união homoafetiva repousa no mesmo patamar constitucional das uniões matrimoniais, das uniões estáveis e da família monoparental, entre outras, ou seja, são todas entidades familiares que merecem a proteção do Estado.

Por outro lado, destaca-se que, se fosse a intenção do legislador constituinte restringir as entidades familiares, o teria feito, bastando para tal excluir, expressamente, a possibilidade de a união entre pessoas do mesmo sexo ser reconhecida como uma família.

Por força do moderno conceito de família que se extrai do art. 5º da Lei 11.340/06, não tem mais lugar a negativa de qualificar a união homoafetiva como entidade familiar ou, simplesmente, família, quando verificada a presença dos elementos básicos formadores e configuradores desta instituição, que é plural, multifacetária e com a precípua finalidade de proporcionar espaço ao desenvolvimento sadio da personalidade dos seus membros, que se vinculam por meio do afeto, sendo exatamente este o elo afetivo o elemento identificador das entidades familiares.

É possível, então, afirmar a possibilidade de se estender o instituto do casamento aos casais formados por pessoas do mesmo sexo. Neste sentido, argumenta Roberto Arriada Lorea:

“É dizer, especificamente com relação ao casamento, não há necessidade de se aguardar uma nova lei, basta que se estenda a todas as pessoas, sem qualquer preconceito, o direito de acesso à tutela do Estado, nos moldes da legislação vigente” (LOREA, 2007).

Por fim, vale tornar à principiologia constitucional e aos artigos que garantem os direitos fundamentais da pessoa humana para, em definitivo, afirmar que não há

lugar para preconceito e discriminação de quem quer que seja em razão da orientação sexual ou por causa de qualquer diferença com relação ao que se pretende “normal” ou “natural”.

Impõe-se reconhecer a imensa diversidade dos seres humanos em todos os aspectos e conferir os direitos assegurados pela Carta Magna, indistintamente, retirando os véus da ideologia, da religião e da moral pessoal.

De se ressaltar, ainda, que a visão psicanalítica da família e a concepção eudemonista não permitem haver, ainda, qualquer restrição relativa ao direito de pessoas do mesmo sexo constituírem família e integrarem-se na sociedade como relações iguais às demais, reconhecidas e respeitadas as diferenças. Essas famílias se multiplicam na sociedade e merecem a tutela jurídica como qualquer outra.

Outra não poderia ser a conduta do Supremo Tribunal Federal senão a de reconhecer as relações formadas entre pessoas do mesmo sexo como se união estável fossem (até porque a são), em razão, principalmente, das inúmeras decisões judiciais atribuindo consequências jurídicas a essas relações.

A partir deste posicionamento, a justiça passou a admitir a conversão da união homoafetiva em casamento. De imediato, o Superior Tribunal de Justiça admitiu a habilitação para o casamento diretamente junto ao Registro Civil, sem ser preciso antes formalizar a união para depois transformá-la em casamento. Até que o Conselho Nacional de Justiça proibiu que seja negado acesso ao casamento e reconhecida a união homoafetiva como união estável.

A interpretação do Supremo sobre a união homoafetiva reconheceu, assim, a quarta família brasileira. A Constituição prevê três enquadramentos de família. A decorrente do casamento, a família formada com a união estável e a entidade familiar monoparental (quando acontece de apenas um dos cônjuges ficar com os filhos). E, agora, a decorrente da união homoafetiva.

Ao julgar procedentes as duas ações que pediam o reconhecimento da relação entre pessoas do mesmo sexo, os ministros decidiram que a união homoafetiva deve ser considerada como uma autêntica família, com todos os seus efeitos jurídicos. Os ministros destacaram que é importante que o Congresso Nacional deixe de ser omissor em relação ao tema e regule as relações que surgirão a partir da decisão do Supremo.

3. A ADOÇÃO

Por muitos séculos a infância e a adolescência foram completamente desprezadas. Não existia a compreensão de que os primeiros anos do desenvolvimento humano seriam cruciais para a formação da personalidade. Apenas com as mudanças ocorridas a partir dos séculos XIX e XX, como a positivação e reconhecimento dos direitos infantojuvenis, somadas às contribuições de psicólogos e psicanalistas, é que se formou a concepção de que a criança eo adolescente são seres vulneráveis, os quais necessitam de uma proteção especial.

3.1 A VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO INFANTOJUVENIL

“Decerto, todos os seres humanos nascem vulneráveis, e, não fosse o cuidado proporcionado por pais, avós, parentes próximos e terceiros, morreriam em decorrência da ausência de recursos vitais indispensáveis para o desenvolvimento do corpo e da psique. Isto ocorre porque o animal humano, ao contrário de outros animais, nasce prematuro, ou seja, a sua integração e amadurecimento são apenas uma possibilidade que se concretizará tão somente se houver uma rede de cuidados” (MAIA, 2009).

“Todas as pessoas são vulneráveis. Esta afirmação é resultado da análise do próprio conceito de vulnerabilidade – do latim vulnerabilis, “que pode ser ferido”. O fato é que qualquer ser vivo “pode ser ‘vulnerado’ em condições contingenciais”. No entanto, alguns indivíduos têm essa vulnerabilidade potencializada, podendo-se afirmar que esta apresenta graduações” (BARBOZA, 2009).

A Resolução n. 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde, define a vulnerabilidade na seção II.15 como “estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido”.

“Há certo grupo de pessoas como, por exemplo, aquelas com deficiência, os idosos, dentre outros, que por determinadas condições socioeconômicas ou psicofísicas, encontram-se em condição de desigualdade em relação aos demais, o que as torna vítimas em potencial, ou seja, estão inevitavelmente submetidas a uma constante situação de risco. A pessoa que se encontra nesta categoria “está impedida ou tem diminuída a possibilidade de exercer seus direitos”, e, por esta razão, “necessita de proteção especial”” (BARBOZA, 2009).

De acordo com Nilson Tadeu Reis Campos Silva:

“Os grupos vulneráveis são os grupamentos de pessoas que, não obstante terem reconhecido seu status de cidadania, são fragilizados na proteção de seus direitos e, assim, sofrem constantes violações de sua dignidade: são, por assim dizer, tidos como invisíveis para a sociedade, tão baixa é a densidade efetiva dessa tutela” (SILVA, 2010).

“A criança e o adolescente são, por excelência, seres vulneráveis, tendo em vista que estão vivenciando um processo de formação e transformação tanto no âmbito fisiológico quanto no aspecto psíquico” (CABRERA, 2006).

Joseph Goldstein, Anna Freud e Albert Solnit ressaltam que as crianças não são adultos em miniatura, mas sim “seres por si mesmos, diferentes dos mais velhos e de sua natureza mental, de seu funcionamento, de sua compreensão de acontecimentos e de suas reações a estes” (GOLDSTEIN, 1987).

Ressalte-se que a fragilidade da vida psíquica é mais intensa na infância, período de formação da personalidade, quando são imprescindíveis o cuidado, o afeto, o amor, a compreensão e a empatia.

É evidente que cada etapa evolutiva do ser humano tem sua importância e peculiaridades. Todavia, grande parte dos psicólogos e psicanalistas afirmam que “os primeiros anos de vida da criança são cruciais e decisivos para a estruturação de sua personalidade e ulterior desenvolvimento cognitivo, social, moral, afetivo, emocional e da linguagem” (NOVAES, 2000).

Por essa razão, é essencial que seja proporcionado ao infante, nesta etapa, condições favoráveis para o adequado desenvolvimento de sua personalidade. “Para que uma criança tenha um desenvolvimento saudável, os atos que antecedem seu nascimento, desde o planejamento até o parto em si, são extremamente importantes, como afirma a psicanalista Katia Maria Maia Ferreira” (FERREIRA, 2002).

O ideal é que os pais estejam preparados para receber o filho concebido em seu novo lar com muito carinho e cuidado, capacitados para compreender que, desde a gestação, todas as experiências vividas pela criança integrarão a sua personalidade.

De acordo com a psicanálise, “o bebê existe antes do seu nascimento, a partir do desejo dos seus pais, que, mesmo inconsciente, se manifesta por meio das expectativas criadas e vivenciadas em torno do bebê, o que influenciará a qualidade

das relações afetivas que se estabelecerão. O nascimento de uma criança nem sempre é consequência de um ato amoroso, mas sim de relacionamentos fortuitos, fragilizados, de gestações não desejadas, de um capricho, dentre outras condições que provavelmente dificultarão o estabelecimento de relações afetivas necessárias para um bom desenvolvimento” (FERREIRA, 2002).

A realidade mostra que há um grande número de crianças em situação de abandono, muitas vezes violadas, violentadas, jogadas no lixo e maltratadas. Por isso, é muito importante o instituto da adoção.

Historicamente, os filhos adotados sofriam tratamento diferente daquele reservado aos filhos biológicos. Grande modificação foi trazida pela Constituição Federal de 1988.

“A Constituição Federal (227 §6º), ao consagrar o princípio da proteção integral, deferindo idênticos direitos e qualificações aos filhos e proibindo quaisquer designações discriminatórias, eliminou qualquer distinção entre adoção e filiação. Para dar efetividade a este comando o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA passou a regular a adoção dos menores de 18 anos, assegurando-lhes todos os direitos inclusive sucessórios”. (DIAS, 2016)

A adoção por ser realizada por uma pessoa (unilateral) ou por duas pessoas. “A lei não faz qualquer restrição quanto à orientação sexual do adotante, nem poderia fazê-lo”. (DIAS, 2016)

3.2 CONCEITO DE ADOÇÃO

É preciso compreender, em primeiro lugar, que a adoção é uma medida excepcional e irrevogável para colocação de crianças e/ou adolescentes em família substituta.

É excepcional, pois somente quando a permanência do adotando (denominação dada à criança ou adolescente que será adotado) em sua família natural ou extensa não for mais possível e após uma série de tentativas de reintegração familiar, a adoção será a providência cabível.

Além disso, ela é irrevogável, ou seja, uma vez que seja deferida a adoção, não se é mais possível desistir em nenhuma circunstância, dado que a criança e/ou adolescente passará a ser considerado filho(a) dos adotantes (denominação dada àqueles que adotam), com todos os direitos de um filho biológico. Nem mesmo com o óbito de adotandos ou adotantes o vínculo é desfeito.

Dada a sua irrevogabilidade, é importante que a adoção seja uma decisão bastante amadurecida e compartilhada com a família. Afinal, o adotando se tornará seu filho(a) e, por isso, também desenvolverá relações com os demais familiares, tornando-se sobrinho(a), neto(a) e primo(a) dos seus parentes.

“A adoção é um processo que, na maioria das vezes, beneficia tanto a criança adotada – por garantir-lhe uma família, um lar onde receberá cuidados e suporte afetivo –, quanto os pais adotantes, pois lhes oportuniza a realização de ter um filho” (Lipp, Mello, & Ribeiro, 2011)

A adoção de crianças e adolescente é regida atualmente pela Lei Nacional da Adoção (Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990).

As referidas leis, fazem menção apenas a adoção plena, ou melhor, se referem à adoção estatutária, outrora chamada de plena, tendo em vista a sua característica de irrevogabilidade e pelo fato de integrar completamente o adotado na família do adotante, trazendo vínculos para todos os envolvidos.

A adoção é entendida como sendo um “processo” na medida em que contempla toda dinâmica familiar através das relações de maternagem, paternagem e filiação (que envolve outros membros da família como avós, tios, irmãos entre outros); bem como se insere em sistemas sociais maiores, como, por exemplo, o Estado e a sociedade em geral, que juntos produzem e negociam sentidos sobre a adoção.

Segundo o ECA, toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, o que caracteriza as famílias adotivas. Sendo assim, a adoção consiste em uma medida protetiva à criança e ao adolescente, garantindo-lhes o direito de um convívio familiar sadio.

Cabe ao Estado, portanto, por meio do Poder Judiciário e do Ministério Público, autorizar o estabelecimento e a destituição das relações de filiação e parentalidade (Uziel, 2007). Ou seja, é garantido ao Estado retirar crianças e adolescentes em situações de risco de suas famílias de origem, ou reinseri-los em sua família biológica, ou ainda, em uma nova instituição familiar.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2012) define a adoção como o rompimento do todo o vínculo jurídico entre a criança/adolescente e

sua família biológica, fazendo com que esta perca todos os direitos e deveres em relação àquela, e vice-versa.

3.3 QUEM PODE ADOTAR

Atualmente, conforme legislação específica, podem adotar os maiores de dezoito anos que cumpram os trâmites necessários às etapas de habilitação, desde que entre estes e o adotando haja uma diferença mínima de dezesseis anos de idade.

Assim, por exemplo, uma pessoa com vinte e dois anos pode adotar uma criança com, no máximo, seis anos de idade. É importante ressaltar que atualmente orientação sexual, estado civil e renda não são impedimentos para se habilitar à adoção.

No entanto, é necessário residir na cidade na qual será feita a habilitação para adoção, portanto, em se tratando de João Pessoa, só podem se habilitar à adoção quem for domiciliado em João Pessoa, na 1ª Vara da Infância e Juventude da capital.

3.4 MODALIDADES DE ADOÇÃO

Após a promulgação da Resolução nº 54, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a implantação e o funcionamento do Cadastro Nacional de Adoção – CNA e da Lei 12.010/09, que introduziu modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especificando condições e procedimentos aplicáveis à adoção, tornou-se necessário cumprir algumas etapas para se habilitar à adoção.

De forma posterior ao cumprimento destas etapas, os suplicantes devem aguardar em uma fila, organizada cronologicamente, até a disponibilização de uma criança e/ou adolescente pela Vara da Infância e Juventude de sua comarca. Esta espera pode ser maior ou menor, dependendo do perfil das crianças e/ou adolescentes escolhidos pelos requerentes. Por exemplo, a espera para bebês costuma ser mais longa do que a espera por crianças maiores de três anos de idade.

3.4.1 ADOÇÃO UNILATERAL OU CONJUNTA

De acordo com o ECA, há duas espécies de adoção: unilateral ou bilateral. A adoção unilateral, por sua vez, está prevista no artigo 41 § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Apesar da sua nomenclatura, a adoção unilateral não é realizada por parte de pessoas solteiras. Esse tipo de adoção, conforme previsto na legislação vigente, ocorre quando um ou ambos os nubentes possuem filhos de uniões anteriores, e o novo parceiro vem a adotar o filho do outro. Como na adoção em família, também neste caso não será necessário aguardar o andamento da fila segundo a ordem do Cadastro Nacional de Adoção.

3.4.2 ADOÇÃO BILATERAL

Outro tipo de adoção é a adoção bilateral, antigamente denominada de adoção conjunta. Nesse tipo de adoção não há mais vínculos do adotando com a família consanguínea, salvo os casos de impedimentos matrimoniais.

A adoção bilateral é regulamentada pelo artigo nº 42, § 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, e conforme a legislação estabelece, é indispensável que os adotantes sejam casados ou mantenham união estável, sendo necessário comprovar a estabilidade da família para que possam se tornar aptos a adotar.

Contudo, a lei ainda insere no artigo 42, § 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, a possibilidade de que os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros possam adotar em conjunto, contanto que estágio de convivência tenha se iniciado durante o período de relacionamento do casal, que seja demonstrada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, e ainda, que os adotantes concordem com o regime de guarda da criança ou adolescente.

3.4.3 ADOÇÃO PÓSTUMA

A chamada adoção póstuma ocorre quando o adotante vier a óbito durante o procedimento da adoção, ou seja, antes de proferida a sentença. Caso a manifestação de vontade no sentido de se constituir o ato jurídico da adoção tenha ficado clara e sem nenhuma obscuridade ou dúvida quanto a sua intenção, a adoção

poderá ser deferida ao adotante, nos conformes do artigo. 42, § 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.4.4 ADOÇÃO À BRASILEIRA

Adoção afetiva, ou simulada, mais comumente conhecida por adoção à brasileira, é um reconhecimento voluntário de filho alheio, ou seja, é feito o registro de filho alheio como sendo seu próprio, constituindo assim, crime. Na seara cível causa a nulidade do registro.

O Código Civil de 2002 define no artigo 1.618 que a adoção de crianças e adolescentes deveria ser feita de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, e consequentemente pela Lei 12.010/09, chamada Lei da Adoção, aprimorando a sistemática para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes.

O Código Penal, sobre tal temática, tipifica crime contra o estado de filiação, conforme observamos no artigo 242 do Código Penal, o ato de: “dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil”.

Contudo, pela inexistência de dolo específico, vários casais que utilizam desse tipo de adoção que é considerada criminosa são absolvidos pelas autoridades competentes por esse crime, mesmo quando ele é associado ao crime de falsidade ideológica.

3.4.5 ADOÇÃO *INTUITU PERSONAE*

A lei vigente, em seus moldes atuais, não permite a chamada adoção *intuitu personae*, aquela na qual a genitora entrega o filho(a) diretamente aos adotantes, por entender que eles são as pessoas mais capacitadas a criar e educar a criança doada.

O casal que assim procede recai em uma infração penal, podendo ser chamado a prestar esclarecimentos à Justiça e, em sendo a decisão da autoridade judicial, a entregar a criança recebida aos cuidados da Vara da Infância e Juventude. A exceção a este caso é a chamada adoção em família, quando a tia adota o sobrinho, por exemplo.

3.4.6 ADOÇÃO INTERNACIONAL

A modalidade de adoção internacional é regulamentada pelos artigos 52 e 52-D do Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Convenção de Haia aprovada em 29 de maio de 1993.

A adoção deve ser deferida preferencialmente aos brasileiros, ou ainda à brasileiros residentes no exterior, porém ainda há casos que estrangeiros podem adotar uma criança ou adolescente, por exemplo, em casos que tragam mais vantagens para o adotado.

O interessado estrangeiro em adotar um brasileiro deverá conviver por no mínimo trinta dias com o futuro filho, conforme o artigo 46, § 3º do Estatuto da Criança e do adolescente. O casal interessado deverá necessariamente ter o certificado de habilitação expedido pela Comissão Judiciária de Adoção para que tenha validade o processo de adoção.

Após o preenchimento dos requisitos necessários, é expedido o laudo de habilitação à adoção internacional, que terá validade por um ano. Os documentos devem ser submetidos à Autoridade central do país de acolhida que irá emitir um relatório e o encaminhará à Autoridade Central Estadual e para a Autoridade Federal brasileira. Em alguns casos especiais é possível a concessão da adoção sem o laudo ser fornecido. Se há vínculos afetivos entre o casal estrangeiro e o menor; se eles fixaram residência fixa no Brasil, com visto permanente; se a criança ou adolescente foi criada desde o nascimento, entre outras razões responsáveis por dar preferência à adoção pelo casal estrangeiro.

3.5 ETAPAS PARA ADOÇÃO

A habilitação à adoção é constituída de quatro etapas: documentação, entrevista, participação em curso preparatório e visita domiciliar. Ela é o passo inicial em direção à concretização da adoção, e é necessária para todas as modalidades de adoção. Nesse primeiro momento, não é preciso que o adotante tenha um advogado para representa-lo, só se fará necessário quando for iniciado o processo de adoção.

Em caso de adoção unilateral, a documentação exigida para a habilitação é apenas de quem deseja adotar o(a) filho(a) do(a) cônjuge, sendo necessária a apresentação de comprovação de união estável ou casamento civil. Após ter em sua posse todos os documentos necessários, o(s) interessado(s) devem agendar uma entrevista com algum dos profissionais do Setor de Adoção (psicólogo ou assistente social).

No caso de adoção por casal, ambos devem estar presentes no dia e hora agendados, com a documentação completa e com tempo disponível para a realização da entrevista. É durante a entrevista que os requerentes poderão informar o perfil da criança ou adolescente desejado, segundo critérios de: idade, sexo, cor da pele, estado geral de saúde e Unidade Federativa onde nasceu. Esse perfil pode ser alterado posteriormente, desde que os pretendentes comuniquem seu desejo de realizar essa alteração à equipe do Setor de Adoção da Vara da Infância e Juventude da comarca. A data da entrevista determinará a posição dos requerentes no Cadastro Nacional de Adoção, de forma que todo aquele que for entrevistado em data posterior será gradualmente colocado em posição inferior na fila de espera.

Após a realização da entrevista, o casal será contatado para comparecimento em Curso Preparatório Obrigatório para Pretendentes à Adoção. É obrigatória a presença no curso para qualquer modalidade de adoção, e estarão presentes no curso o Setor de Adoção, o Ministério Público, o Juiz da Vara da Infância e Juventude e convidados, a fim de esclarecer todos os detalhes sobre o processo de adoção, promover algumas reflexões e compartilhar experiências sobre a temática da adoção.

Por conseguinte, concluídas todas as etapas ditas anteriormente, o passo seguinte é a visita domiciliar, realizadas por profissionais do Setor de Adoção, sendo eles assistentes sociais e psicólogos, e assim, conforme decisão favorável do Juiz da Vara da Infância e Juventude, os requerentes serão inscritos no Cadastro Nacional de Adoção. Uma vez inscrito, o casal estará apto juridicamente a realizar uma adoção. Isso significa que, se após adotar uma criança existir o desejo de adotar novamente, o casal deverá habilitar-se mais uma vez, cumprindo de novo todas as etapas descritas.

Na fase de espera não se possui o tempo exato para a chegada da criança e/ou adolescente pretendido pelo casal. Em geral, essa espera costuma ser mais

longa para crianças saudáveis e com idades de até dois anos. Para crianças acima dos sete anos de idade, a espera costuma ser menor, pois é possível que elas se encontrem nas instituições de acolhimento da cidade, mas ainda assim deve-se respeitar a posição na fila de espera.

O estágio de convivência se constitui como o período durante o qual a equipe técnica da Vara da Infância e Juventude realiza um acompanhamento junto à família adotante para avaliar a formação de vínculos afetivos entre esta e o adotando. Mesmo nos casos em que os adotantes já são guardiões de fato da criança e/ou adolescente em processo de adoção, é necessário passar pelo estágio de convivência.

As informações recolhidas pertinentes ao acompanhamento são registradas em relatórios técnicos, que são disponibilizados à apreciação do juiz e do representante do Ministério Público. Quando se há evidências suficientes acerca da formação de vínculos afetivos entre adotantes e adotando, a família será orientada a dar entrada na Ação de Adoção propriamente dita, que pode ser por meio de advogado particular ou mesmo através da Defensoria Pública. Nesta ocasião, é possível que seja também necessário entrar com um pedido de destituição do poder familiar dos genitores do(a) adotando(a).

Ao cumprir todas as fases do trâmite mencionadas, será designada a data para realização da audiência. Nela, será analisado todo o processo de adoção, onde as partes serão escutadas, após isso, o juiz poderá deferir o pedido de adoção determinando, então, o cancelamento do Registro de Nascimento original da criança ou adolescente e determinando a lavratura de uma nova Certidão, com os nomes dos adotantes no campo correspondente aos pais, garantindo aos adotados os mesmos direitos de um filho biológico, o que reduz ou anula as diferenças entre um filho concebido pela via da consanguinidade ou agregado por laços socioafetivos.

É possível na audiência que se possa solicitar a alteração do nome e dos sobrenomes do adotando, a partir deste momento, a criança e/ou adolescente adotado adquire status de filho legítimo dos adotantes, não sendo mais possível, em hipótese alguma, o rompimento deste vínculo civil. A nova Certidão de Nascimento será entregue à família adotante após decorrido um prazo de 30 dias, e assim se dará por concluído o processo de Adoção.

4. ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS

De acordo com Maria Berenice Dias, “tradicionalmente, casais homoafetivos adotantes eram impedidos de adotar, sendo obrigados a optar pela adoção unilateral por um dos cônjuges. Com isso, não era feito um estudo social com o parceiro, tornando a habilitação deficiente e incompleta” (DIAS, 2016).

“O resultado também vinha em prejuízo à criança. Vivendo em família homoafetiva e possuindo vínculo jurídico com somente um do par, restava absolutamente desamparada com relação ao outro, que também considerava pai ou mãe, mas que não tinham os deveres decorrentes do poder familiar. O não estabelecimento de uma vinculação obrigacional gerava a absoluta irresponsabilidade de um dos genitores para com o filho que também era seu”. (DIAS, 2016)

É importante salientar que “mesmo antes da histórica decisão do STF reconhecendo a união estável homoafetiva, o STJ já havia admitido a adoção realizada por casais de mesmo sexo e as justiças estaduais há muito admitiam a parentalidade homoafetiva, aceitando atualmente a multiparentalidade, que é a presença do nome de mais de um pai ou de uma mãe no registro de nascimento” (DIAS, 2016).

“Quando deferida a adoção por um casal homoafetivo, portanto, no registro civil constará, sem qualquer problema, a indicação dos nomes dos adotantes como pais ou mães, bem como a indicação da origem ancestral” (FARIAS; ROSENVALD, 2015).

Como já foi dito, muitos querem negar o direito de adoção a homossexuais apenas por preconceito e homofobia.

“Há quem diga que pais homossexuais causariam problemas psicológicos em seus filhos, já que estes teriam como exemplo um comportamento “errado”. Baseado nesse ponto de vista, chega-se à conclusão que a criança não teria uma referência comportamental correta, e passaria a ter tendência ao homossexualismo. Ainda se levanta a possibilidade da criança ou adolescente sofrer preconceitos e ter vergonha de sua própria origem. Resumindo, a fundamentação se baseia única e exclusivamente no preconceito em relação a orientação sexual de uma pessoa, sem levar em conta posições legais ou científicas, e, principalmente a afetividade”. (RICCI, 2014)

A sociedade brasileira ainda é bastante religiosa, com a religião ainda formando a opinião de muitas pessoas. Com isso aumenta a resistência à ideia de igualdade entre todos, independentemente de orientação sexual.

“A ideia de família concebida por nossos legisladores e aplicadores da lei sofre de um mal crônico – a forte influência do casal imaginário, do amor cortês entre um homem e uma mulher –, a qual tem servido de fundamento para não se acolher a pretensão à paternidade socioafetiva quando requerida por entidades familiares homoafetivas. Imperioso se faz despertá-los deste romanesco sonho quixotesco, retirar-lhes o véu da indiferença e lhes apresentar não só uma nova realidade social brasileira, mas de toda a humanidade, qual seja, o fato de que a convivência de crianças e adolescentes em lares de casais homoafetivos é uma realidade bastante frequente”. (TORRES, 2009)

De acordo com Cristiano Farias e Nelson Rosenvald, “não existe, concretamente, qualquer óbice para uma adoção pelo par homossexual porque a adoção, em toda e qualquer hipótese, está submetida ao melhor interesse da criança ou do adolescente” (FARIAS; ROSENVALD, 2015).

Em seu artigo “Adoção homoafetiva: inexistência de impedimentos legais”, Camila Ricci acredita que inexistem estudos que comprovem que crianças ou adolescentes adotados por casais homoafetivos foram influenciados pela sexualidade de seus pais.

“Em relação a eventual comportamento diferenciado por parte do adotado por família homoafetiva, já foram realizados estudos que comprovaram que a felicidade e o comportamento do adotado são resultado da forma como a família vive e não em como ela é formada. Já foi cientificamente comprovado que pessoas criadas por pais de mesmo sexo são tão afetivas quanto aqueles criados por pais de sexos diferentes”. (RICCI, 2014)

“A condição homossexual, seguramente, não é elemento definidor de um bom ou mau exercício da paternidade ou maternidade” (FARIAS; ROSENVALD, 2015). Portanto, negar-se o direito de casais formados por pessoas mesmo sexo de adotar é explicitar preconceitos e agir com discriminação.

Também é preciso citar que as legislações de países como o Canadá, a Alemanha, a Holanda, a Dinamarca, a Suécia e a Islândia, reconhecem a possibilidade de adoção por casal homoafetivo, respeitando e preservando os interesses das crianças e adolescentes. (FARIAS; ROSENVALD, 2015)

Ainda no artigo de Camila Ricci, ela relata que “na Espanha, um juiz do Conselho do Poder Judicial foi suspenso por negar a um casal de mulheres homossexuais o direito de uma delas adotar a filha biológica da outra, alegando que a criança poderia se tornar homossexual. No Brasil, contudo, nunca houve nenhuma punição a membros do judiciário que tenham negado o direito de adoção a homossexuais sem fundamentos” (RICCI, 2014).

Por isso, é importante um estudo das consequências da negação desses direitos aos casais homoafetivos e de como está a situação atual no Brasil e no mundo, sobretudo numa época de efervescência e crise mundial.

4.1 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS

Faz-se necessário falar, de maneira breve sobre os fundamentos constitucionais relacionados ao Direito da Criança e do Adolescente, com principal destaque para os princípios da proteção integral, do melhor interesse da criança e da convivência familiar, e também sobre a situação das crianças e adolescentes nos abrigos do Brasil, atualmente um grande problema social.

Pode-se afirmar que a adoção de crianças e adolescentes por pares homoafetivos está fundamentada não só nos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana, mas como também nos princípios da proteção integral, do melhor interesse da criança e da convivência familiar.

A Constituição consagra, em seu artigo 227, o princípio da proteção integral, atribuindo ao Estado, à família e à sociedade o dever de assegurar a crianças e adolescentes, além de outros, o direito ao respeito, à dignidade, à liberdade, à igualdade.

Sucedendo-se do artigo constitucional citado, o princípio do melhor interesse da criança, reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em diversos dispositivos, destacando-se o artigo 43 no que tange ao instituto da adoção.

Há diversas indagações no sentido de que ao inserir uma criança ou adolescente numa família formada por pares homoafetivos, isso poderá propiciar prejuízos psíquicos e, portanto, irá contra ao princípio do melhor interesse.

As maiores preocupações da sociedade em relação ao fato de um par homoafetivo criar uma criança são o medo de que este abuse sexualmente dela, que a orientação sexual desta criança seja influenciada pelo comportamento homossexual de seus pais ou que essas crianças corram maiores riscos de terem problemas no desenvolvimento psicossocial.

A primeira dúvida tem ligação com o modelo patologizador religioso e médico dos séculos XIX e XX. Ressaltam, porém, que não há registros de que a orientação sexual do adulto influencie na incidência de abusos sexuais.

Já com relação à segunda dúvida, estudiosos apontam que a orientação sexual da criança independe da orientação sexual dos pais, o importante para seu desenvolvimento global saudável são os valores que lhe são passados por ambos os sexos. Se a orientação sexual dos pais influenciasse diretamente a dos filhos, nenhum homossexual poderia ter sido concebido e educado dentro de um modelo heterossexual de família.

Note-se ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que para a concessão da adoção é necessário o estágio de convivência, a realização de estudo social por equipe especializada e ainda, que, a colocação de criança ou adolescente em família substituta só se dará a pessoa que revele condições para tanto. (Lei 8.069/90).

Levando-se em conta as disposições legais acima apresentadas, acredita-se que uma criança ou adolescente não será colocada no seio de uma família que lhe cause prejuízos ou não lhe assegure um ambiente familiar adequado.

O princípio da convivência familiar está consagrado no artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece que toda criança ou adolescente tem o direito de ser criado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta.

Esse princípio guarda estrita relação com o instituto da adoção, pois ela é uma das modalidades de inserção da criança ou do adolescente em uma família substituta.

De acordo com Tânia da Silva Pereira,

“A adoção destaca-se entre as medidas de colocação familiar. Dentro de uma nova perspectiva, o instituto se constitui na busca de uma família para uma criança, abandonando a concepção tradicional, civil, em que prevalecia sua natureza contratual e significava a busca de uma criança para uma família.” (PEREIRA, Tânia da Silva apud SALAZAR JR., João Roberto. Idem).

A lei deixa claro que na impossibilidade de a criança ou adolescente serem criados por sua família natural, deve haver a colocação em família substituta.

Não defende-se que a banalização do instituto da adoção, uma vez que partilha-se da idéia de que a família natural é o meio ideal para o desenvolvimento da criança e do adolescente, desde que apresente condições para esse desenvolvimento.

É cediço que os direitos elencados no artigo 227 da Constituição não poderão ser encontrados nas ruas, onde crianças são abandonadas à própria sorte, ou em alguma instituição de apoio.

Conforme expõe Vera Lúcia Sapko, “dificultar, burocratizar ou impedir a adoção por homossexuais, na verdade é negar às crianças abandonadas pelos pais, ou que foram retiradas deles em razão de violência, o direito de serem colocadas em famílias substitutas, onde poderiam ter o carinho e o cuidado de que necessitam”.

4.2 POSSIBILIDADE PARA A ADOÇÃO HOMOAfetiva

Existindo a vontade do casal de ter filhos, não pode subsistir impedimento de qualquer natureza ao livre planejamento familiar, principalmente com o avanço biotecnológico a que temos assistido e que permite a parceiros homoafetivos masculinos realizarem o projeto parental através da FIV com gestação de outrem e óvulo doado.

Segundo Salomé, Espósito e Moraes, “as uniões homoafetivas não objetivam, primeiramente, a geração de filhos, mas sim assegurar o vínculo de amor, o respeito, o carinho e o cuidar do outro. A base da motivação para a constituição desse arranjo familiar não está pautada na procriação, mas na troca de afetos entre os parceiros” (SALOMÉ, ESPÓSITO E MORAES, 2007).

Segundo Teófilo, “os casais homoafetivos, em decorrência da influência cultural que legitima unicamente a orientação heterossexual, buscam como parâmetros de relacionamentos os casais heterossexuais” (TEÓFILO, 2003).

Desse modo, tendem a seguir os modelos tradicionais, inclusive no que diz respeito à divisão dos afazeres domésticos e aos cuidados dos filhos.

Segundo Prati e Koller, “a inserção de um filho, seja por via da adoção ou não, produz uma alteração no funcionamento dos casais e/ou famílias, permitindo que os pais se ajustem ao momento específico que estão vivendo” (PRATI E KOLLER, 2011).

O ajustamento abarca, inclusive, as tarefas assumidas por cada cônjuge. O êxito dessa adaptação depende da forma como os pais trabalham juntos nos seus papéis de pais, o que é definido pelos autores como coparentalidade.

Provavelmente por dividirem as responsabilidades intituladas “maternas” e “paternas”, os participantes encontram facilidade em flexibilizar as tarefas a partir de

suas disponibilidades, em vez de fixarem com rigidez os papéis e obrigações de cada um.

Em seu artigo “Diferenças de Gênero e Famílias Homoparentais”, Margarida Moz diz que:

“Sejam quais forem os termos usados, a dificuldade em classificar os parentes parece residir mais na forma como se explicam as relações familiares em causa (referindo-se às homoparentais). O termo escolhido deverá evidenciar a existência de uma relação de tipo familiar e a posição da pessoa face a quem a nomeia” (MOZ, 2006).

Portanto, não há qualquer impedimento para que casais homossexuais adotem ou tenham filhos e, se assim encontrarem a tão almejada felicidade, não pode haver empecilho, diante do teor do inc. IV do art. 3º. da Constituição Federal, que proclama, como um dos objetivos fundamentais da República, a promoção do bem de todos.

4.3 ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS NA PARAÍBA

Após ser realizada uma pesquisa na Vara da Infância e Juventude da comarca de João Pessoa, constatou-se que haviam poucas informações disponíveis acerca do número de adoções deferidas entre os anos de 2015 e 2017, pois houve um aumento pouco expressivo no quadro de adoções, mesmo com o advento da decisão do STF.

Conquanto os dados legais apontem por um número reduzido, outras fontes dispõem sobre o crescimento no número de adoções, em razão de englobar não só a jurisdição compreendida pela Vara da Infância e Juventude da comarca de João Pessoa, mas sim de todo o Estado da Paraíba.

A justiça paraibana apresenta dados positivos sobre o número de adoções concluídas na Paraíba nos dois primeiros meses de 2017. Foi informado pelo juiz titular da Vara da Infância e Juventude da Paraíba, Adhaílton Lacet Porto, em entrevista ao Jornal da Paraíba, que mesmo com o aumento de processos de adoção concluídos, ainda existem cinquenta crianças que esperam ser adotadas.

O número de processos de adoção feitos nos meses de janeiro e fevereiro equivalem a oitenta por cento do total de adoções concluídas no ano de 2016. Mesmo com a melhoria na celeridade no número de processos de adoção concluídos ou em processo de conclusão em 2017, ainda há um número significativo

de crianças a serem adotadas e também no número de famílias paraibanas que desejam adotar.

De acordo com o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na Paraíba ainda há cerca de cinquenta crianças a espera de uma família para adotá-las. Ainda de acordo com o mesmo cadastro, há quatrocentos e setenta pessoas que pretendem adotar no Estado.

Em João Pessoa, há aproximadamente oitenta crianças que estão em casas de acolhimento, contudo, poucas delas estão disponíveis para adoção. De acordo com o Juiz Adhaílton Porto, a justiça respeita a opinião e a escolha da criança e adolescente no processo de adoção.

O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que a Justiça deve buscar todos os meios para reintegrar essa criança ou esse adolescente à sua família nuclear, sua família natural, ou em não sendo possível, a sua família extensa, que são os parentes. Ocorre que nem sempre elas podem opinar sobre o assunto, ou seja, o adolescente pode dizer que não quer ser adotado, que quer trabalhar sua autonomia para quando sair da casa de acolhimento, seguir com sua vida profissional.

Desde o momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva enquanto unidade familiar, entre os direitos adquiridos por estes casais estão o direito a adotar enquanto família. Antes disso, a adoção era possível apenas por uma das partes do casal, que por adotar como solteiro destituía de poder sobre a criança a outra parte do casal.

Apesar de o número de interessados ser grande o suficiente para zerar a fila da adoção, o fato é que muitas crianças passam sua infância e sua adolescência em instituições de acolhimento, sem nunca experimentar uma verdadeira convivência familiar.

A intenção de diminuir esses números veio em 2009 com a Nova Lei Nacional de Adoção, que instituiu a redução do tempo de permanência da criança em abrigos, que não poderá exceder dois anos. Esse é o período do processo de “destituição do poder familiar”, ou seja, o tempo que leva para os pais perderem os poderes legais sobre a criança ou adolescente e então elas ficam à disposição para adoção.

Na Paraíba, a Aldeia Infantil SOS, atualmente é responsável por vinte e sete dessas crianças divididas em três agrupamentos denominados casas-lares. Essas casas tentam copiar um núcleo familiar tradicional. Cada casa pode abrigar até nove

crianças, irmãos biológicos ou não, de diferentes idades e de ambos os sexos e é comandada por uma 'mãe social' (cuidadora residente) que é responsável pelo cuidado e projeto de vida de cada criança e jovem.

Além da demora para disponibilizar a criança para adoção, há outro fator que também pode dificultar a ida de uma criança para um novo lar. A Lei orienta que as crianças não sejam separadas de seus irmãos, já que é único vínculo familiar que elas possuem. Em grande parte das vezes o número de irmãos é grande e isso desestimula muitos candidatos.

Pode-se afirmar que não é possível a existência de uma sociedade sem organização e principalmente sem segurança jurídica, sabe-se que o Direito não gera o bem-estar social estando sozinho, entretanto, cabe salientar que seus valores não são inventados pelo legislador, e sim são a pura expressão da vontade social.

Nesse sentido, o Direito deve sempre se refazer de acordo com a mobilidade social, pois só assim será instrumento eficaz na garantia do equilíbrio e da harmonia social.

É observado que é mais que necessário que ocorram transformações culturais, com respaldo nos órgãos responsáveis, para que as mudanças ocorridas até então trilhem um caminho para a obtenção máxima de bons resultados, resultados estes que mudem a vida das crianças e adolescentes que aguardam uma família que possa chamar de sua.

Há uma questão cultural que necessita ser ultrapassada, pois ainda se incentiva a ideia de que é necessária uma referência de uma figura materna e paterna para que seja formada uma entidade familiar. Mas isso é totalmente inequívoco, pois se fosse verdade, não existiria a adoção unilateral, por pessoas solteiras, ou uma adoção quando o casal se separa, pois ali não existiriam as duas figuras na vida do adotado.

O foco deve ser apenas o melhor interesse da criança, pois o que elas mais desejam é ter uma família que possua afeto e amor dentro do seu próprio lar. Independente que seja apenas de um pai, ou de uma mãe, ou que seja de dois pais ou duas mães. Hoje as famílias são mosaicas, onde filhos de um primeiro casamento convivem com filhos de outros casamentos dos seus pais, dentre outras diversas formas de uniões familiares.

Dessa forma, com amparo dos órgãos públicos e com a legislação que continua evoluindo e protegendo às novas formas de família, há chances de que se quebrem os paradigmas impostos pela sociedade, afim de que as crianças e adolescentes possam viver num ambiente familiar sadio, tendo afetividade vinda de qualquer tipo de figura, seja ela materna ou paterna.

4.4 PRECONCEITO DA SOCIEDADE COM FILHOS DE CASAIS HOMOAFETIVOS

Não existem provas científicas que indiquem qualquer indecência para que crianças ou adolescentes sejam adotados por pares homoafetivos. Esta é a conclusão que chega Aimbere Francisco Torres, após transcrever o texto de Maria Berenice Dias sobre um estudo que conclui que o fato de os pais serem homossexuais, em nada influencia os filhos, não leva a um desenvolvimento psicossocial de igualdade de orientação sexual com os pais, que, por seu turno, não demonstram preferência por seus filhos tornarem-se homossexuais.

O professor Torres defende, em sua tese, que “a adoção por casais homossexuais e todas as suas considerações aplicam-se à possibilidade desses casais virem a ter filhos com a utilização de técnicas de reprodução assistida” (TORRES, 2009).

Depois de discorrer sobre a necessidade de inclusão das minorias, que vivem no entorno do Estado e são por ele ignoradas, especialmente com relação àqueles que têm orientação sexual diferenciada, em conclusão, ele arremata:

“Com efeito, salvo a visão preconceituosa e equivocada de nosso legislador e de alguns aplicadores do direito, vê-se, pois, que inexistente argumento jurídico ou científico para não se reconhecer o direito à união e à adoção por pessoas do mesmo sexo. ... não se pode negar as adoções às pessoas homossexuais que vivam conjuntamente, de forma a caracterizar verdadeira entidade familiar [...] (TORRES, 2009)”.

O estudo antes mencionado tenta destruir a crença popular de que o filho de um casal homoafetivo será, necessariamente, homossexual ou terá algum problema psicológico. Bem ao contrário do que a maioria pensa, os pares homossexuais desempenham as funções paternas e maternas e não há interferência na orientação sexual da criança. Neste passo, é importante salientar que a criança se identifica com os papéis (ou funções) que os pais representam (ou desempenham) e não, com a forma física (gênero) deles.

Na reportagem “Filhos criados com casais gays veem situação com naturalidade” (página Internet g1.globo.com/noticias/São Paulo, acessada em 09.10.17), os filhos de casais gays entrevistados afirmam que não sofrem preconceito e veem pontos positivos na relação das mães ou pais com pessoas do mesmo sexo, considerando “normais” tais relações. O teor das entrevistas corrobora o que as psicólogas, revelam, inclusive quanto à crença de que uma criança criada por um casal homossexual será, necessariamente, gay.

A psicóloga Helena Marques afirma que “Homossexualidade não é um espelho. É a orientação do desejo. Não é porque os dois (referindo-se aos pais ou mães) são homossexuais que a criança vai virar homossexual”.

Essa crença, aliás, é a grande questão que se coloca no imaginário popular: filho de gay é gay? Todas as pessoas que já escreveram sobre o tema deste artigo abordam o assunto e, em geral, citam pesquisas realizadas (como por exemplo, a de Bailey, Dobrow, Wolfe e Mikach, em 1995, e a de Golombok e Tasker, em 1996, entre outros) que desmistificam este mito.

Tais pesquisas concluem que a maioria de filhos de homossexuais apresentam uma orientação heterossexual (Daniel Matias, “Psicologia e orientação sexual: Realidades em transformação”, Scientific Eletronic Library Online Portugal, www.scielo.oces.mctes.pt, acessada em 09.10.17).

Do excelente estudo elaborado pelo psicólogo português Daniel Matias, extrai-se que eventuais problemas de adaptação social não serão diferentes dos enfrentados por outras minorias, como casais inter-raciais, pessoas de outras etnias, condição social etc.

O argumento da ausência de modelos parentais apropriados também é rechaçado pelo autor e, para aqueles, que adotam a visão psicanalítica da família pós-moderna, em que os seus integrantes desempenham funções que lhes são próprias, tal argumento não tem sustentabilidade.

Cabe, por fim, uma pergunta: como é que as pessoas, que argumentam que o filho de um homossexual será, necessariamente, homossexual, explicam o fato de pessoas que hoje assumem e se proclamam homossexuais tenham sido criadas por heterossexuais? (página da Internet www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto “A adoção por casais homossexuais”, acessada em 09.10.17).

Não há explicação plausível e constata-se que o argumento não tem suporte na vida real, como pretendem seus defensores. Fosse verdadeira a assertiva de que filho de homossexual, será homossexual não haveria homossexual filho de heterossexual, ou, a *contrario sensu*, filho de heterossexual seria sempre heterossexual, o que também é falso.

O que se vislumbra é que ainda há muito preconceito e intolerância da sociedade com relação aos homossexuais, e esta não aceitação social é, provavelmente, a maior dificuldade que eles têm a enfrentar.

4.5 HOMOFOBIA

Para os pais é difícil estabelecer uma conversa com seus filhos sobre o sexo em geral. Quando vem à tona o assunto diversidade sexual, que relativamente é um assunto “novo” e mais polêmico para ser tratado, eles tornam ainda mais difícil o que deveria ser tão simples. Essa dificuldade toda seria causa da doença do preconceito que atinge toda a sociedade.

Muitos têm medo de que a vivência com homossexuais acabe sendo uma influência para crianças que estão em formação psicológica, que estão crescendo e aprendendo a lidar com o mundo a sua volta.

É preciso entender que homossexualidade não é uma doença. Não é uma gripe que você possa passar para o outro. Até pode-se pensarno termo “orientação sexual”, como algo errôneo. Não é uma orientação, e sim uma preferência ou necessidade que o indivíduo tem de se relacionar com pessoas do seu mesmo sexo. Assim como há pessoas com preferências em seu jeito de se vestir ou agir. Cada um se veste ou age da forma que quer e que se sente mais confortável. Ninguém é obrigado a fazer o que não quer. É preciso que os pais ensinem as suas crianças que diferença não é sinônimo de desigualdade.

Com influência da mídia atual, é notório que as crianças e adolescentes já estão acostumadas com essa temática e já passam a entender com mais facilidade que até mesmo seus pais.

É na base familiar que se elimina grande parte do preconceito, pois informação é a melhor arma contra a ignorância e a homofobia. Crianças que possuem uma boa base em suas casas, que são instruídas desde cedo, são capazes de entender que ser diferente é também ser normal, já que todos se diferenciam em vários aspectos e mesmo assim continuam sendo seres humanos.

Preconceito toda a população sofre, não só quando crianças. Sofrem preconceitos pela cor, pela aparência, pela condição financeira. O preconceito em si é algo que sempre existirá, e o que ajuda a diminuí-lo, e é sempre bom, é ter um pouco mais de informação e respeito.

A homofobia é considerada a repulsa ou aversão aos homossexuais, existindo discriminação desfavorável aos mesmos. A palavra em si é um neologismo, criado por George Weinberg, um psicólogo, em 1971. Combina a palavra grega *phobos*, que significa medo e fobia, com o prefixo *homo-*, também grego.

Dentre as diversas definições utilizadas para conceituar a homofobia Borrillo a considera como sendo “[...] um fenômeno complexo e variado. Podemos entrevistá-la em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo afeminado, no entanto, ela pode se revestir também de formas mais brutais, chegando inclusive ao extermínio [...]” (BORRILLO, 2009).

Esse mesmo autor ainda ressalta que a homofobia constitui como sendo a atitude agressiva para com os homossexuais, na qual consiste em classificar o outro ser como anormal ou inferior. E que por meio dessa classificação, esses sujeitos são tidos como “diferentes” dos demais seres por uma questão meramente sexual, contribuindo assim na maioria das vezes a sua exclusão, seja do meio social familiar ou acadêmico.

Junqueira em seu texto *Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas*, ao problematizar sobre a homofobia elenca que:

“[...] o termo costuma ser empregado quase que exclusivamente em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas. Essas emoções, em alguns casos, seriam a tradução do receio (inconsciente e “doentio”) de a própria pessoa homofóbica ser homossexual (ou de que os outros pensem que ela seja). Assim, seriam indícios (ou “sintomas”) de homofobia o ato de se evitarem homossexuais e situações associáveis ao universo homossexual, bem como a repulsa às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Essa repulsa, por sua vez, poderia se traduzir em um ódio generalizado (e, de novo, “patológico”) às pessoas homossexuais ou vistas como homossexuais” (JUNQUEIRA, 2012).

A homofobia é um problema bastante sério que aflige a sociedade e que traz sérias consequências para os que sofrem com ela. Uma dessas consequências, talvez a pior de todas, é a morte de indivíduos por crime de ódio. Mas não é a única.

Os casais homoafetivos sofrem todos os dias por tentativas, as vezes frustradas e as vezes bem-sucedidas, de terem seus direitos negados. Muitos falam em privilégios, quando na verdade, o que se busca é uma isonomia de tratamento, uma igualdade.

Cabe ao governo instituir métodos que proteja não só os homossexuais, mas como toda a população desses atentados de ódio. É necessário que os órgãos públicos se unam junto à sociedade, para quebrar os tabus existentes, para melhorar a convivência entre todos. Principalmente em relação às crianças e adolescentes filhos de casais homoafetivos, seres vulneráveis, que acabam sendo atingidos pelo preconceito e não são capazes de se defender.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se no desenvolvimento do presente trabalho refletir acerca da adoção por casais homoafetivos, levando-se em consideração a evolução da sociedade e do direito.

A criança e o adolescente são seres vulneráveis, pois estão vivenciando um processo de formação e transformação sexual, fisiológica e psíquica. Um ser humano apenas atingirá a maturidade emocional após ter sido criado em um lar que lhe tenha proporcionado afeto e compreensão, propiciando a transição entre o cuidado dos seus parentes e a sua vida social.

No Brasil, a adoção surgiu para atender exclusivamente os interesses do adotante, pois sua principal finalidade era proporcionar a filiação a quem não a tivesse de seu próprio sangue, tanto que estabelecia como pressuposto a ausência de filhos legítimos ou legitimados.

Hodiernamente, sua finalidade é oferecer um ambiente familiar favorável para o desenvolvimento de uma criança, que, por algum motivo, ficou privada de sua família biológica, dando-lhe uma família onde ela se sinta protegida, amada e acolhida.

Ao estudar a família brasileira, observou-se que ocorreu uma ampliação em seu conceito: antigamente era reconhecida apenas pela existência de vínculos consanguíneos entre seus membros. Atualmente, também são considerados os laços de afinidade e convivência, ou seja, passou-se a reconhecer os vínculos familiares pela ótica da afetividade.

Até o advento da Constituição Federal de 1988, o conceito jurídico de família era extremamente limitado e taxativo, pois o Código Civil de 1916 somente conferia o status de família aos agrupamentos originados do instituto do matrimônio.

Após 1988, paradigmas foram quebrados e outros grupos familiares, até então marginalizados pelo direito e pela sociedade, passaram a ser reconhecidos juridicamente, como é o caso das famílias constituídas pela união estável, e das famílias monoparentais.

Mas mesmo após tantas vitórias na esfera constitucional, uma parte da população, por ter orientação sexual diferente daquela que foi estabelecida como

padrão, ainda é vítima do preconceito e não tem reconhecidos seus direitos fundamentais, dentre eles o direito ao exercício da paternidade.

Conforme demonstrado no decorrer do presente escrito, a legislação brasileira é omissa, mas não veda a adoção por pares homoafetivos. Além disso, se adoção for realizada de acordo com os critérios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a opção sexual do adotante não poderá ser requisito impeditivo.

Pelas razões explanadas, conclui-se que o homossexual em união estável tem o direito a ser habilitado à adoção, por ser cidadão e por ser componente de núcleo familiar. Essa premissa de direito fundamental é, entretanto, justificada através de todo o trabalho, que demonstra ponto a ponto os motivos que tornam ser necessária esse enfoque, uma vez que tratando de adoção, estamos lidando diretamente com o direito das crianças à terem uma família, à crescerem em um verdadeiro lar.

Ressalte-se que essas adoções devem ser regulamentadas, não como forma de banalizar o instituto ou de resolver o problema do abandono de crianças e adolescentes no país, mas como maneira de concretização de direitos constitucionais: de um lado assegura-se à criança o direito à convivência familiar (art. 227 da CF/88) e, de outro, confere-se aos adotantes o direito ao exercício da paternidade responsável (art. 226, § 7º da CF/88).

Entretanto, por se tratar de matéria controversa, de acordo com esse direito positivado, faz-se necessário um estudo periódico sobre o tema, deixando de lado posturas pessoais ou convicções de ordem moral, com a participação dos diversos setores da sociedade, órgãos governamentais, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Grupo de Apoio à Adoção (GAA), bem como dos grupos de defesa de direitos relacionados à diversidade sexual.

A prática da adoção é, antes de mais nada, uma forma de ensinar àqueles que, por diversas razões, foram privados de conviver em um lar saudável. De outra forma, essas crianças e adolescentes cresceriam sem amor e perspectiva de futuro.

A adoção por casais homoafetivos não é diferente daquela realizada por heterossexuais, visto que todos têm a capacidade de amar e ensinar valores a outras pessoas. Assim, não há de se falar em impedimentos legais quanto ao

adotante ser homossexual; o único impedimento encontrado é o preconceito de parte da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 5 mai. 2017.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 5 mai. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias (Livro Digital)**. 11ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 29ª. ed. São Paulo: Editora Saraiva, v. 5, 2014.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito de Família: Elementos críticos à luz do novo Código Civil brasileiro**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Famílias**. 7ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, v. 6, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 9ª. ed. São Paulo: Editora Saraiva, v. 6, 2012.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto F. **Código Civil e Legislação Civil em Vigor**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil Comentado**. 7. ed. São Paulo: RT, 2009.

OLIVEIRA, José Sebastião de. **Fundamentos Constitucionais do Direito de Família**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

PENA JR, Moacir César. **Direito das Pessoas e das famílias: doutrina e jurisprudência (Livro Digital)**. São Paulo: Saraiva, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. V, 2015.

_____. **Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RICCI, Camila Agustini Scarlatti. **Adoção homoafetiva**: inexistência de impedimentos legais. Disponível em: <<https://goo.gl/sbzipOJ>> Acesso em: 10 mai. 2017.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família**. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, v. 5, 2016.

TORRES, Aimberé Francisco. **Adoção nas relações homoparentais**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito das Sucessões**. 14ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, v. 7, 2014.

TREVISAN, João Silvério. Record, ed. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 2007 7ª ed. ed. Rio de Janeiro.

NUNES, L. A. (2008). **Expectativas de jovens solteiros universitários frente ao casamento**: um estudo descritivo [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE.

UZIEL, A. P. (2007). **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

WAGNER, A. (2011). **Desafios psicossociais da família contemporânea**: pesquisas e reflexões. Porto Alegre, RS: Artmed.

MORENO, A. Z. (2009). **Adoção**: práticas jurídicas e sociais no Império Luso-Brasileiro (XVIII-XIX). História (São Paulo), 28(2), 449-466.

NEUBURGER, R. (1999). **O mito familiar** (S. Rangel, Trad.). São Paulo, SP: Summus.

PESSANHA Jackelline Fraga. **A afetividade como princípio fundamental para a estruturação familiar**. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/detalhe/788>. Acesso em 08/10/2017.

MADALENO, Rolf. **Repensando o Direito de Família**. Primeira Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Código Civil Comentado. **Direito de Família**. Relações de Parentesco. Direito Patrimonial (Coordenador Álvaro Villaça Azevedo). São Paulo: Atlas S.A., 2003.

MOZ, Margarida (2006), **Diferenças de gênero e famílias homoparentais**. Actas do III Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia [em linha] disponível em <http://www.apantropologia.net/publicacoes/actascongresso2006/cap6/MozMargarida.pdf> [consultado em 09 de Outubro de 2017].

KAËS, R. (2000, Automne). **Filiation et affiliation**. Le Divan Familial: Revue de Thérapie Familiale Psychanalytique.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia**: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Rio Grande do Norte, Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 1, n. 01, p. 01-22, jul./dez. 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/viewFile/2256/1689>>. Acesso em 18 de out de 2017.

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (orgs.). **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: LetrasLivres, 2009. Disponível em <http://www.sxpolitics.org/ptbr/wpcontent/uploads/2009/05/homofobiaeeducacao.pdf>. Acesso em: 18 de out de 2017.

Rio de Janeiro (Estado). (2012), Poder Judiciário. **Procedimentos para adoção**. Recuperado de <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/inf-juv-idoso/cap-vara-inf-juv-idoso/adocao/procedimentos>.

SALOMÉ, G. M., Espósito, V. H. C., & Moraes, A. L. H. (2007). **O significado de família para casais homossexuais**. Revista Brasileira de Enfermagem.

PRATI, L. E., & Koller, S. H. (2011). **Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade**: perspectiva da psicologia positiva. Psicologia Clínica.

TEÓFILO, M. C. C. (2003). **Casais de homens**: um estudo fenomenológico da conjugalidade homoerótica masculina [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE.

MAIA, Marisa Schargel. **Cuidado e Vulnerabilidade Psíquica**. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). Cuidado e vulnerabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

BARBOZA, Heloisa Helena. **Vulnerabilidade e cuidado**: aspectos jurídicos. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). Cuidado e vulnerabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Resolução n. 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm>. Acesso em: 19out. 2017.

SILVA, Nilson Tadeu Campos. **Alteridade: a identificação das diferenças**. Direitos Culturais, Santo Ângelo, v.5, n.8, jan/jun. 2010.

CABRERA, Carlos Cabral; WAGNER, Luiz Guilherme da Costa Jr.; FREITAS, Roberto Mendes de Freitas Jr. **Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso**: Doutrina e Legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

GOLDSTEIN, Joseph; FREUD, Anna; SOLNIT Albert J. **No interesse da criança**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

NOVAES, Maria Helena. **O “maior interesse” da criança e do adolescente face às suas necessidades biopsicossociais** – uma questão psicológica. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). O Melhor Interesse da Criança: um debate interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

FERREIRA, Katia Maria Maia. **Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes**: nossa realidade. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da (Org.). Violência doméstica contra a criança e o adolescente. Recife: EDUPE, 2002.

DILL, Michele Amaral; CALDERAN, Thanabi Bellenzier. **A importância do papel dos pais no desenvolvimento dos filhos e a responsabilidade civil por abandono**. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=703>. Acesso em 20 out. 2017.

ALBUQUERQUE, Fabíola Santos. **O instituto do parto anônimo no Direito Brasileiro**: avanços ou retrocessos? Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, Porto Alegre: Magister, vol. 1, dez.2007/jan.2008.